

1 PERFIL INSTITUCIONAL

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (Ifap) está inserido na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, estabelecida nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou 38 Institutos Federais, a partir da transformação ou integração das Escolas Técnicas e Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica.

Com trajetória centenária, atualmente 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e o Colégio Pedro II, que totalizam 41 instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. São 643 campi, mais de um milhão de matrículas e cerca de 80 mil servidores (professores e técnico-administrativos) (CONIF, 2018).

As instituições têm o compromisso social de oferecer educação profissional pública, gratuita e de excelência a jovens e trabalhadores, do campo e da cidade; viabilizam o acesso efetivo às conquistas científicas e tecnológicas, por meio da oferta de qualificação profissional em diversas áreas de conhecimento; promovem a pesquisa aplicada e a inovação e atuam fortemente na extensão tecnológica (CONIF, 2018).

Além da mudança de institucionalidade, que possibilitou a reestruturação e o aprofundamento da sua atuação, essas instituições vêm experimentando, nos últimos anos, uma extraordinária expansão, que ampliou, de modo significativo, as oportunidades de acesso, inclusive nos interiores do país, onde se concentra o maior número de unidades.

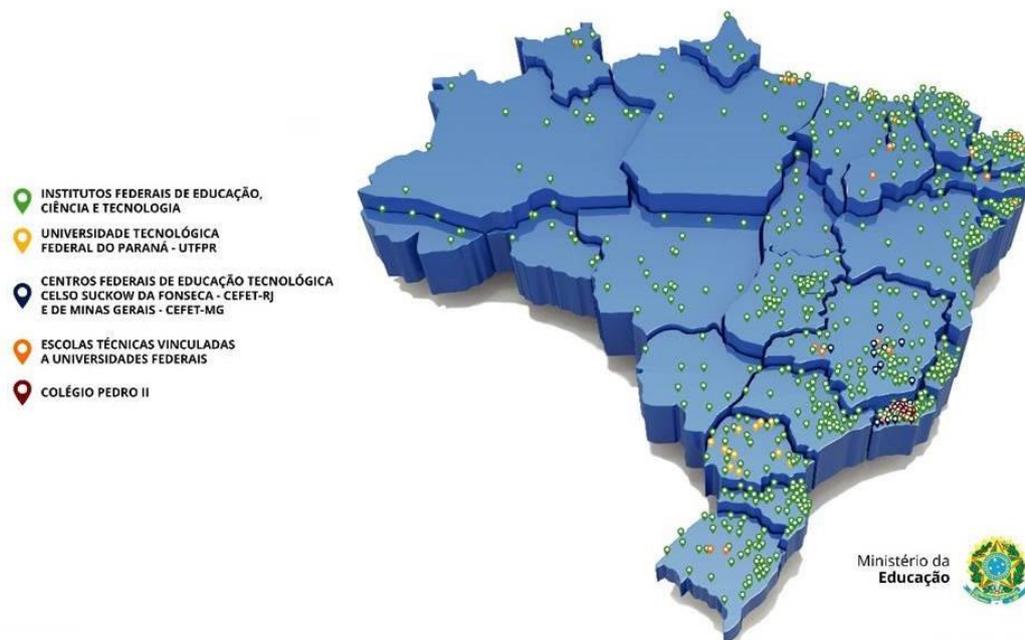
Alguns dos diferenciais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica são:

- Potencial inclusivo;
- Destinação de 50% das vagas à educação técnica de nível médio;
- Mínimo de 20% das vagas é voltado à formação de professores;
- Cerca de 30% das vagas são para cursos superiores de tecnologia, bacharelados, engenharias e pós-graduação (mestrado e doutorado);
- Políticas consistentes para fomento da pesquisa aplicada;
- Transferência de tecnologia aplicada a produtos e processos, por meio da extensão tecnológica.
- Atuação em todos os níveis da educação profissional e tecnológica;
- Cursos voltados ao atendimento dos arranjos produtivos locais;
- Formação de profissionais de excelência com instrução cidadã;
- Estímulo à capacitação e qualificação dos servidores;
- Investimento em Internacionalização;
- Incentivo à criatividade, inovação e visão de futuro.

Alinhada com as diretrizes expressas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), a atuação da Rede constitui-se, dessa forma, como importante contribuição à geração de novas, múltiplas e melhores oportunidades de formação para milhões de brasileiros num horizonte de longo prazo.

Estrategicamente, engloba diversos aspectos, como a questão geográfica das disparidades estruturais, do desenvolvimento econômico e da inclusão social. Nesse sentido, vale ressaltar os objetivos gerais da Política de Educação Profissional, Tecnológica e Superior definidos pelo MEC:

- Expandir, ampliar, interiorizar e consolidar a rede de Institutos e Universidades Federais, permitindo a ampliação da oferta de vagas e a democratização do acesso;
- Promover a formação de profissionais qualificados, fomentando o desenvolvimento regional e estimulando a permanência de profissionais qualificados no interior do país; e
- Potencializar a função social e o engajamento dos Institutos e Universidades como expressão das políticas do Governo Federal na superação da miséria e na redução das desigualdades sociais e territoriais.



54
55 **Fonte:** Site da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Redetec
56 (<http://redefederal.mec.gov.br/historico>)

57
58 Integrado à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o IFAP é uma
59 instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multi-campi, especializada
60 na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na
61 conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica. Para efeito da
62 incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos
63 de educação superior, é equiparado às universidades federais.

64 O IFAP é uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico técnico-
65 científica, cuja autonomia reflete explicitamente a sua natureza jurídica, a sua prerrogativa de criação
66 e extinção de cursos e a emissão de diplomas nos limites de sua área de atuação territorial.

67 É regido pelos atos normativos, pela legislação federal e pelos seguintes instrumentos
68 normativos: Estatuto; Regimento Geral; Resoluções do Conselho Superior e Atos da Reitoria.

69 Abaixo se apresenta um breve histórico da atuação do Instituto Federal no Estado do Amapá
70 e suas áreas de atuação.

71 72 **1.1 Histórico**

73
74 O IFAP originou-se a partir da criação da Escola Técnica Federal do Amapá, instituída pela
75 Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007. A Escola Técnica Federal do Amapá – ETFAP foi criada
76 como entidade de natureza autárquica, vinculada ao Ministério da Educação – MEC, nos termos da
77 Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.

78 A Portaria MEC nº 1.067, de 13 de novembro de 2007, atribuiu ao Centro Federal de Educação
79 Tecnológica do Pará – Cefet/PA o encargo de implantar a Escola Técnica Federal do Amapá –
80 ETFAP. A Portaria MEC nº 1.199, de 12 de dezembro de 2007 nomeou o professor Emanuel Alves
81 de Moura para exercer o cargo de Diretor Geral Pró-Tempore da Escola Técnica Federal do Amapá
82 – ETFAP.

83 Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892, que implantou a Rede Federal de Educação
84 Profissional, Científica e Tecnológica, transformou a ETFAP em Instituto Federal de Educação,

85 Ciência e Tecnologia do Amapá, vinculado ao MEC, com natureza jurídica de autarquia, sendo
86 detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Por
87 meio da Portaria MEC 021/2009, de 7 de janeiro de 2009, foi nomeado o professor Emanuel Alves
88 de Moura, como Reitor *Pró- Tempore* desta autarquia.

89 O IFAP, com sua estrutura descentralizada pluri-curricular e multi-campi, apresenta os
90 seguintes domicílios:

- 91 1. Reitoria.
- 92 2. *Campus* Macapá.
- 93 3. *Campus* Avançado Oiapoque.
- 94 4. *Campus* Laranjal do Jari.
- 95 5. *Campus* Santana.
- 96 6. *Campus* Porto Grande.
- 97 7. Centro de Referência em Educação a Distância de Pedra Branca do Amapari.

98
99 No segundo semestre de 2010, primeiro ano de atuação, o IFAP iniciou suas atividades na
100 área de Ensino Técnico de Nível Médio – no *Campus* Laranjal do Jari, com os cursos na modalidade
101 Subsequente, com Técnico em Secretariado, Técnico em Informática e Técnico em Secretaria
102 Escolar; e no *Campus* Macapá, na mesma modalidade, com os Cursos Técnicos em Informática e
103 Edificações.

104 Em 2011, obedecendo ao processo de instalação e implementação, começaram a ser ofertados
105 os demais cursos de Ensino Técnico de Nível Médio nas modalidades Integrado, Subsequente e
106 Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) Cursos superiores de Licenciaturas e de Tecnologia, Pós-
107 Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* e Formação Inicial e Continuada (FIC). Nesse ano foram
108 ofertados cursos FIC no âmbito dos programas federais: Programa Nacional de Acesso ao Ensino
109 Técnico (PRONATEC) e o Programa Nacional Mulheres Mil (PNMM), bem como Pro-funcionário,
110 voltado à capacitação do funcionalismo da rede pública estadual e municipal do Amapá.

111 Em 2013, como parte do plano de expansão III da Rede Federal de Educação Profissional,
112 Científica e Tecnológica, o Instituto foi contemplado com dois *Campi*: Santana e Porto Grande. Neste
113 mesmo ano, iniciou-se o processo de implantação do *Campus* Avançado Oiapoque, no município do
114 mesmo nome, vinculado à estrutura do *Campus* Macapá, e a implantação do Centro de Referência de
115 Pedra Branca do Amapari, vinculado ao *Campus* Porto Grande.

116 Em 2015, o Ifap realizou sua primeira consulta à comunidade para escolha do gestor máximo
117 da instituição, sendo eleita a professora Marialva do Socorro Ramalho Oliveira de Almeida, nomeada
118 reitora com mandato até 2019.

119 Em 2018, há a oferta dos primeiros cursos de pós-graduação lato-sensu, constituídos e
120 implementados integralmente pelo IFAP. E para 2019 a oferta de cursos de pós-graduação *stricto*
121 *sensu*, possibilitando ocupar um espaço importante no cenário local e nacional com o
122 desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da pós-graduação.

123 A elaboração da meta de oferta de cursos do IFAP é construída a partir das demandas
124 populares e estudos de viabilidade econômica e direcionados pela perspectiva dos arranjos sociais,
125 culturais e produtivos locais e análise de mercado de trabalho. A execução das metas deverá estar em
126 consonância com a infraestrutura física instalada e os recursos humanos disponíveis, cabendo a
127 expansão da infraestrutura física e a contratação de novos servidores com o aumento das metas de
128 cursos/vagas e a implantação dos novos domicílios.

129 O Ifap se caracteriza como uma instituição dinâmica, em constante sintonia com os diversos
130 setores do processo socioeconômico, promovendo a atualização sistemática dos servidores e do
131 currículo, modernizando continuamente a sua estrutura física e organizacional, incentivando a
132 realização da pesquisa científica e tecnológica e, principalmente, garantindo o atendimento à
133 diversidade de sua clientela.

134
135
136

Quadro 1. Marcos Históricos do Ifap.

2007	Criação da Escola Técnica Federal do Amapá (Etfap), instituída pela Lei nº 11.534.
2008	Criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), por meio do artigo 5º, inciso III, da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante a transformação da Etfap em Ifap.
2010	Autorização do Funcionamento do campus Macapá e do campus Laranjal do Jari, por meio da Portaria nº 1.366, de 6 de dezembro de 2010. Início das atividades letivas no campus Macapá com a oferta dos cursos Técnicos Subsequente em Edificações e em Informática e no campus Laranjal do Jari com os cursos Informática, Secretariado e Secretariado Escolar.
2011	Início da oferta de curso de graduação (Licenciatura em Informática no campus Macapá).
2012	Primeiro curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> do Ifap (Docência na Educação Profissional e Tecnológica, no Campus Macapá).
2013	
2014	Implantação do Centro de Referência em Educação a Distância em Pedra Branca do Amapari com a oferta do Técnico em Logística (na modalidade subsequente), através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Lançamento da Revista <i>Journal of Bioenergy and Food Science</i> .
2015	Primeira consulta à comunidade do Ifap para eleição do cargo de Reitor do Ifap. Autorização do Funcionamento do Campus Santana, por meio da Portaria nº 27, de 21 de janeiro de 2015. Lançamento da Escola de Conselhos do Amapá, através da parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR).
2016	Primeira consulta à comunidade do Ifap para eleição do cargo de Diretor-Geral dos campi Macapá e Laranjal do Jari. Autorização do Funcionamento do Campus Agrícola Porto Grande e do Campus Avançado Oiapoque, por meio da Portaria nº 378, de 9 de maio de 2016.
2017	Lançamento do Hino Oficial do Ifap. Adesão ao Projeto Rede Brasil Mulher da Secretaria Nacional de Políticas para Mulher.
2018	Início da primeira turma de Engenharia do Ifap (Curso de Engenharia Agrônoma em Porto Grande). Lançamento do Plano de Logística Sustentável do Ifap. Lançamento e a cerimônia de obliteração do selo postal comemorativo pelo 10º aniversário do Instituto Federal do Amapá (Ifap).

1.2 ÁREA DE ABRANGÊNCIA

A construção do PDI tem como base as características socioeconômicas e culturais do estado do Amapá, fundamentalmente àquelas em que no seu bojo traduzem o perfil dos municípios onde o Instituto foi implantado.

Com o objetivo de congregiar os municípios por similaridade econômica e social, o estado do Amapá está subdividido em duas mesorregiões conforme abaixo descrito:

I. Mesorregião Norte – contém 2 (duas) microrregiões e 5 (cinco) municípios

- Microrregião do Amapá: Amapá, Pracuúba e Tartarugalzinho.

150 ▪ Microrregião de Oiapoque: Calçoene e Oiapoque.

151

152 II. Mesorregião do Sul do Amapá

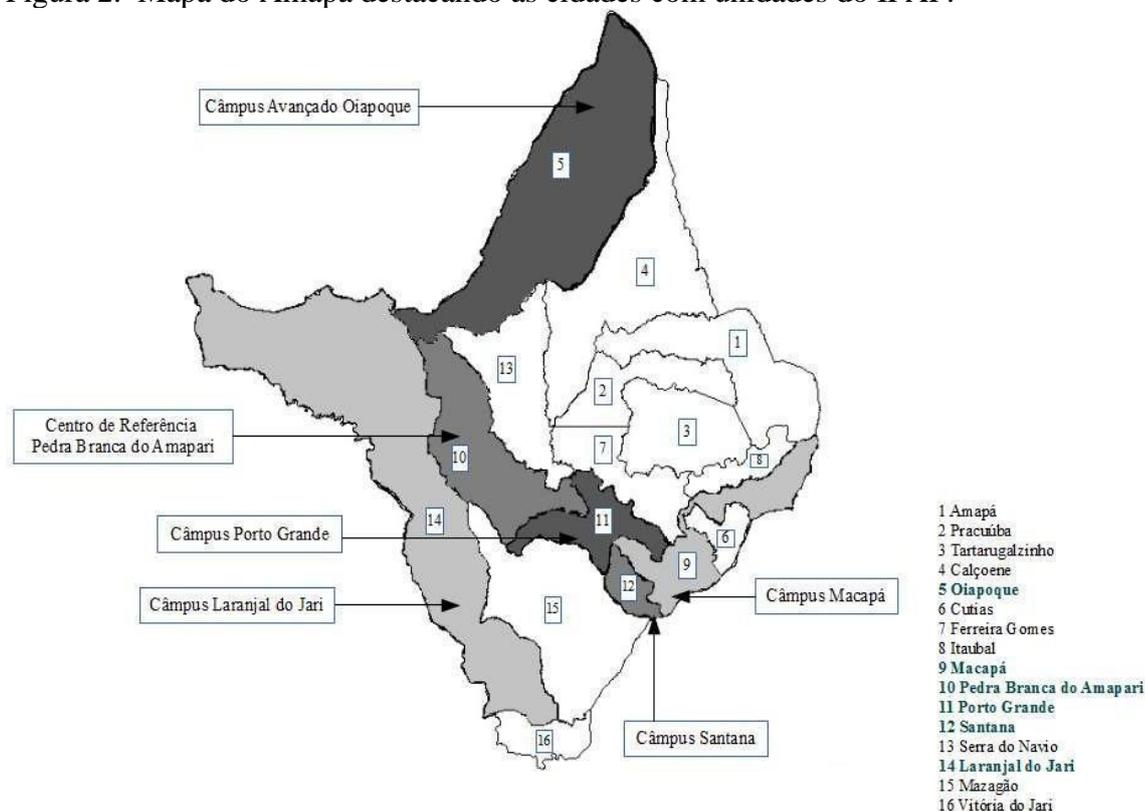
153 ▪ Microrregião de Macapá (Cutias, Ferreira Gomes, Itaubal, Macapá (capital), Pedra Branca do

154 Amapari, Porto Grande, Santana e Serra Grande do Navio).

155 ▪ Microrregião de Mazagão (Laranjal do Jari, Mazagão e Vitória do Jari).

156

157 Figura 2. Mapa do Amapá destacando as cidades com unidades do IFAP.



158

159

160 Fonte: PDI IFAP 2014-2018 (<http://portal.ifap.edu.br/index.php/publicacoes/item/144-pdi-2014-2018>)

161

162

163 O Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional foi realizado em etapas. No

164 estado do Amapá perpassou por duas fases. Na segunda fase desse plano foram implantados os *Campi*

165 Macapá e Laranjal do Jari, em dois municípios de suma importância no contexto do desenvolvimento

166 da região. Macapá por ser a capital e possuir a maior concentração demográfica do Estado, com 75,9

167 hab/km² e população estimada em 493.634 habitantes. O município de Laranjal do Jari, o terceiro em

168 concentração populacional, com 49.446 habitantes, integra a região do Vale do Jari, formada com o

169 município de Vitória do Jari, com 15.605 habitantes e, do lado do Pará a cidade de Almeirim, com

170 34.142 hab. e ainda o distrito de Monte Dourado, tendo como divisa o rio Jari. Por esse enfoque, a

171 implantação do *Campus* de Laranjal do Jari atende não somente a demanda do município onde o

172 Instituto foi implantado, mas também a região do Vale do Jari (IBGE, 2018).

173 O Município de Oiapoque está localizado ao norte do estado (Mesorregião Norte), a 576 km

174 da Capital Macapá. Os meios de acesso ao município são aéreo, marítimo e rodoviário, este ocorrendo

175 através da BR 156, com aproximadamente 500 km pavimentados, sendo esta via a mais utilizada.

176 Limita-se com os municípios: Calçoene, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari

177 e a Guiana Francesa.

178 A cidade de Oiapoque é banhada pelo rio de mesmo nome, o qual flui em direção nordeste do

179 município e deságua no Oceano Atlântico, próximo ao Cabo Orange, separando o Amapá da Guiana

180 Francesa. É uma região de fronteira internacional e estadual e onde se encontram as maiores tribos

181 indígenas do Estado, dentre as quais os Karipuna (aldeias do Manga), Galibi do Oiapoque, Galibi do
182 Kumarum e os Palikur, na aldeia de Kumenê, no Rio Urucaúá, com uma população de 26.627 hab.
183 (IBGE, 2018).

184 Os adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira fluvial são articulados pela
185 Ponte Binacional, grande potencial de integração econômica e cultural, assim como manifestações
186 “condensadas” dos problemas característicos da fronteira, que nesse espaço adquirem maior
187 densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.
188

189 **1.2.1 Contexto Geográfico**

190
191 Situado no norte do País, o estado do Amapá tem uma superfície territorial de 142.828.521
192 Km², ocupados por 829.494 mil habitantes (população estimada em 2018) distribuídos em 16
193 municípios com a densidade demográfica de 4,69 hab./Km².

194 A superfície territorial do Amapá corresponde a 1,6% do Brasil e a 3,6% da Região Norte; o
195 Estado faz fronteira com o Pará, o Suriname e a Guiana Francesa. Apesar de ser relativamente
196 pequeno, se comparado com outros Estados da Amazônia, o Amapá concentra uma das maiores
197 diversidades em ambientes naturais, pois pertence a dois grandes domínios geográficos: o amazônico
198 e o oceânico, o que lhe atribui características muito particulares quanto à formação e estruturação de
199 seus ambientes naturais. Pela sua localização privilegiada e estratégica, situa-se na interconexão dos
200 mercados locais e internacionais.

201 O Amapá exibe 14 milhões de hectares com diversos ecossistemas. A floresta tropical e de
202 várzea, o cerrado, os manguezais e os campos inundáveis, as montanhas e os imensos lagos compõem
203 um cenário que o projeta para o turismo.

204 A biodiversidade cultural é uma realidade, em especial se considerarmos a presença, no seu
205 território, de aproximadamente 5 mil índios.

206 O Amapá é o estado brasileiro que possui a maior preservação da cobertura vegetal original,
207 que corresponde a 98% de mata preservada, formada por florestas tropicais. Ele é rico em recursos
208 naturais e sua biodiversidade e localização privilegiada lhe conferem importância estratégica para
209 futuros investimentos sustentáveis.

210 A recente ocupação do território do estado do Amapá esteve condicionada a um crescimento
211 demográfico acumulado entre 1960 e 2007 da ordem de 757%, e na última década com um aumento
212 de 4,02% médio ao ano. Este forte crescimento populacional foi impulsionado pela elevação à
213 condição de Estado pela Constituição Federal de 1988, e também com a criação da Área de Livre
214 Comércio de Macapá e Santana - ALCMS (IBGE, 2013). Isso provocou um processo migratório
215 significativo, agravando ainda mais o quadro desorganizado de urbanização que já vinha ocorrendo,
216 principalmente com a ocupação das áreas de ressaca. O grande crescimento populacional esteve
217 relacionado com a chegada de um contingente migratório proveniente principalmente dos estados do
218 Pará, Maranhão, Ceará e, recentemente, da região sul do Brasil, na sua maioria sem qualificação
219 profissional, vivendo do subemprego e no mercado informal ou com a ocupação de terras favorecidas
220 pelo programa de assentamento do Governo Federal para as zonas urbanas.
221

222 **1.2.2 Contexto Social, Político e Econômico da Região**

223
224 O Estado do Amapá surgiu a partir do resultado de acontecimentos na recente história do
225 Brasil. O fim do regime militar em meados dos anos 80 impulsionou uma série de reformas políticas
226 e estruturais que culminaram com o estabelecimento da Constituição Federal do Brasil. Com a nova
227 Constituição, o território do Amapá foi elevado à categoria de Estado da Federação, em 5 de outubro
228 de 1988.

229 Entretanto, até o ano de 1990 o governador do Amapá era ainda nomeado pelo Presidente da
230 República. A primeira eleição para governador do estado do Amapá ocorreu somente em outubro
231 desse mesmo ano.

232 Da criação do Território até a eleição do primeiro governador eleito a partir da transformação
233 em Estado, esse oriundo ainda do regime militar, os investimentos locais eram voltados,
234 principalmente, para infraestrutura, construção de prédios públicos e educação básica. O déficit nos
235 serviços públicos ainda era evidente.

236 Como forma de impulsionar o desenvolvimento da região, os governos que foram eleitos a
237 partir de 1995 estabeleceram algumas políticas desenvolvimentistas como programas de governo. O
238 Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá PDSA, baseava o seu modelo de
239 desenvolvimento econômico em ações orientadas ao uso racional dos recursos naturais, levando em
240 consideração uma articulação equilibrada entre os aspectos econômicos, sociais, culturais e
241 ecológicos.

242 Em 2004 foi apresentado o Plano Amapá Produtivo, em que os projetos desenvolvimentistas
243 estavam voltados para a base produtiva do Estado, estabelecendo uma política de incremento
244 intrarregional, fundamentado na configuração dos ecossistemas e tendo como prioridade a
245 implantação de polos de desenvolvimentos, com integração dos diferentes setores econômicos,
246 especialmente por preconizar a formação de arranjos produtivos locais – APL.

247 Dentro desta perspectiva, a transformação da abordagem de APL de um simples aglomerado
248 de agentes em um importante instrumento de políticas públicas de desenvolvimento no Brasil, tem se
249 transformado atualmente num consenso que envolve um grande número de atores públicos e privados.

250 Segundo o “Plano Amapá Produtivo”, existem no Estado vários aglomerados produtivos
251 locais relevantes, como é o caso dos empreendimentos do setor de madeira e móveis, dos
252 empreendimentos do segmento de produtos derivados do açaí, da bioindústria, da indústria Oleiro
253 Cerâmica, da pesca artesanal, turismo, grãos (arroz, feijão, sorgo, milho e soja), mandiocultura,
254 fruticultura (cupuaçu, abacaxi, banana e maracujá), apicultura, produtos florestais não madeireiros,
255 mineração e siderurgia, rochas ornamentais, indústria do pescado, aquicultura, avicultura e
256 suinocultura. No entanto, a maioria desses aglomerados não configura, ainda hoje como um APL,
257 dado ao baixo nível de governança cooperativa, cooperação, interação e competitividade das
258 empresas e negócios instalados no Estado.

259

260 **1.2.3 Contexto Internacional**

261

262 O Estado do Amapá tem uma localização estratégica, situando-se na foz do Rio Amazonas, e
263 é parte do Platô das Guianas. Dessa forma, o Estado apresenta um excelente potencial para uma
264 integração regional, pensando-se esta não apenas com as demais regiões do país, mas também com
265 países vizinhos e até com a União Europeia (EU).

266 Situados ao Nordeste da América do Sul, a Guiana Francesa, região mono-departamental
267 ultramarina e futura “coletividade única”, e o Estado do Amapá, Estado da federação do Brasil,
268 constituem, com o Suriname, a República Cooperativa da Guiana e o Sul da Venezuela, o Platô das
269 Guianas. Esses dois territórios compartilham uma fronteira comum de 655 quilômetros, dos quais
270 360 são constituídos pelo rio Oiapoque.

271 Apesar de os intercâmbios culturais e comerciais existirem há muito tempo entre as duas
272 margens, a Guiana Francesa e o Amapá há muito se ignoraram em razão de desacordos territoriais
273 entre franceses e portugueses, em seguida brasileiros. O diálogo e a cooperação entre as duas regiões
274 tomaram um novo rumo nos anos 90, do ponto de vista local, nacional e continental (entre a EU e o
275 MERCOSUL) ilustrado particularmente pela organização de Comissões Mistas Transfronteiriças
276 periódicas desde 1996. Projetos estruturantes, como o da ponte sobre o rio Oiapoque, poderão
277 contribuir para o aumento das perspectivas de abertura e intercâmbios para os dois territórios.

278 A cooperação Guiana Francesa/Amapá tem se constituído, após alguns anos, em um contexto
279 mais favorável. Investimentos nos transportes foram realizados no eixo litoral: construção da ponte
280 sobre o rio Oiapoque, reforma em andamento da BR-156 que liga Oiapoque a Macapá. Do ponto de
281 vista comercial, o diálogo cresce entre empresários e líderes da Guiana Francesa e do Brasil. Esse
282 novo impulso é simbolizado pela implementação de dispositivos facilitando o intercâmbio comercial

283 e o investimento, intervenções aptas a estimular o desenvolvimento dos territórios. Certos projetos
284 são, hoje, pensados em escala regional, sobretudo no setor ambiental ou do turismo.

285 A cooperação parece mais avançada no setor de preservação dos bens públicos globais (luta
286 contra doenças transmissíveis e emergentes, preservação da biodiversidade, combate à mudança
287 climática, etc.) ou nos setores de “interesse regional comum”, como a cooperação científica ou os
288 intercâmbios em matéria de educação. As infraestruturas em rede (energia, telecomunicações,
289 transportes) também estão incluídas nesse processo de cooperação.

290 Por outro lado, o governo estadual e federal vem procurando consolidar as relações
291 diplomáticas e comerciais com a Guiana Francesa e com os outros países que compõem o Platô das
292 Guianas. Considerando a distância aos centros da economia mundial, pode-se dizer que o Amapá
293 possui uma geografia privilegiada, pois está próximo dos EUA, da União Europeia, do Japão, China
294 e Sudeste Asiático, sendo que esses três últimos são mencionados em função do Canal do Panamá.
295 Esta posição, além de permitir rápida acessibilidade aos grandes centros fornecedores de bens de
296 consumo estrangeiros, com preços competitivos, encontra-se na rota dos transatlânticos turísticos e
297 comerciais, o que permite criar condições para aperfeiçoar as infraestruturas do Estado, tanto para
298 atender a atividade turística como para o comércio nacional e internacional.

299 Outro fato marcante na integração regional do estado do Amapá foi a criação da ALCMS, que
300 permitiu novas perspectivas de desenvolvimento para as regiões fronteiriças e o amadurecimento das
301 relações com os países vizinhos. Do mesmo modo, a criação do porto de contêineres de Santana, um
302 dos mais profundos do Brasil, ampliou as possibilidades mercadológicas da região.

303 Atualmente o sistema de energia elétrica no Estado conta com as usinas termoeletricas da
304 Central de Santana (156,8 MW), as Usinas Hidrelétricas de Coaracy Nunes (78 MW), Cachoeira
305 Caldeirão (219 MW) e Ferreira Gomes (252 MW), no Rio Araguari e a Hidrelétrica de Santo Antônio
306 do Jari (373,4 MW), no rio Jari. Com a construção do Linhão de Tucuruí já concluído, o Amapá se
307 interliga finalmente ao sistema nacional de energia. Desta forma, o excedente de energia produzido
308 no estado ficará disponível na rede.

309 A infraestrutura adicional com a construção da ponte sobre o Rio Araguari, da linha de
310 transmissão de Macapá - Laranjal do Jari, bem como outras obras em curso, estimulam uma
311 extraordinária transformação no sentido de criar o alicerce para seu desenvolvimento. Sendo este um
312 imperativo de mercado e também uma necessidade geopolítica que visa a mais ampla integração da
313 América do Sul com a União Europeia, implica, necessariamente, no maior desenvolvimento da
314 ciência e da tecnologia, bem como das possibilidades de intercâmbio acadêmico.

315 316 **1.2.4 Contexto Histórico e Cultural**

317
318 Atualmente a população do estado do Amapá, segundo cor e/ou raça, é formada por brancos,
319 negros, pardos ou mestiços (na sua maioria) e índios, além de cidadãos oriundos de todas as regiões
320 do Brasil, o que resulta em uma grande diversidade cultural.

321 A criação do Território Federal do Amapá implicou em profundas mudanças em suas relações
322 políticas, econômicas e sociais, indicando a configuração de novas estruturas políticas,
323 administrativas e econômicas, que em muito têm contribuído para o aumento de investimentos dos
324 setores públicos e privados na região, bem como dos movimentos migratórios, da urbanização e
325 reorganização espacial.

326 Em se tratando da questão política, houve a criação da Assembleia Legislativa e de 03 vagas
327 para o Senado; o aumento de 04 para 08 representantes na Câmara Federal; a ampliação do seu
328 processo eleitoral para todos os níveis.

329 Para mensurar as riquezas produzidas nas 16 cidades, o cálculo levou em consideração dois
330 dos principais indicadores que refletem o desempenho da economia nos três setores (agropecuário,
331 indústria, e comércio e serviços): o PIB Municipal e o Valor Adicionado Bruto.

332 333 **1.2.5 Economia dos Municípios**

334

335 Quanto à questão político-administrativa destaca-se a própria transformação do Território
336 Federal em Estado, implicando em uma nova relação dessa unidade autônoma com o federalismo
337 brasileiro, não mais subordinado às decisões do Governo Central.

338 Por sua vez, nas questões econômicas, o Amapá permanece na dependência das transferências
339 federais, embora tenha buscado alternativas para o seu sustento, politicamente mais autônomas. A
340 exemplo dessas alternativas verifica-se a instalação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana
341 (ALCMS) e a implantação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA).

342 A ALCMS ocupa 85% dos perímetros urbanos de Macapá e Santana e beneficia a comunidade
343 empresarial, como também cria áreas de expansão para o comércio, indústria e serviços desses
344 municípios. Os principais setores que formam a estrutura econômica do Estado são: Agropecuária,
345 Mineral, Indústria, Comércio e Serviços, Turismo, Setor Público e Construção Civil.

346 Do mesmo modo, houve a criação do porto de contêineres de Santana com dois piers. Sendo
347 o píer 1 apresentando 200 m de extensão, com 12,5 de calado, o píer 2 apresentando 120 m de
348 extensão, com 11,5 m de calado. Isso significa que o Porto de Santana pode receber navios com até
349 46 mil toneladas, condição que possibilita o crescimento da área mercadológica na região.

350 O resultado da pesquisa Contas Regionais, definiu, detalhadamente, a participação de cada
351 município amapaense no Produto Interno Bruto (PIB) do Estado. O ano de referência do estudo é
352 2015.

353 O PIB dos 16 municípios do estado apresentou um montante de R\$ 13,8 bilhões e Macapá
354 tem a maior participação, chegando a 65,5%, com R\$ 9 bilhões. Os cinco maiores municípios que
355 compuseram a soma de todas as riquezas produzidas no Amapá foram Macapá (R\$ 9 bilhões),
356 Santana (R\$ 1,99 bilhão), Laranjal do Jari (R\$ 559 milhões), Ferreira Gomes (R\$ 344 milhões) e
357 Oiapoque (R\$ 300 milhões). Juntos respondem por 88,6% do PIB amapaense. (IBGE, SEPLAN/AP,
358 2015).

359 No ano de 2015, a crise econômica no Brasil teve crescimento acentuado. Por isto, neste
360 período, chamou a atenção o crescimento de Ferreira Gomes, com média de 39% desde 2011. Tal
361 crescimento se justifica em razão da Indústria de Energia Elétrica, que mudou o perfil econômico do
362 município com a instalação de uma usina hidrelétrica.

363 Na análise do PIB per capita, três municípios tiveram renda superior a do Estado. Ferreira
364 Gomes é a primeira renda per capita do estado desde 2013, mas a 4ª economia com PIB de R\$ 344.384
365 milhões corresponde a 2,5% de participação. Macapá foi a maior economia do Amapá, com R\$ 9
366 bilhões, mas ocupa a 3ª posição no aspecto renda. (IBGE, SEPLAN/AP, 2015).

367 368 **1.2.6 Cenário Educacional no Amapá**

369 A situação da educação básica no Amapá acompanha a realidade da maioria dos estados
370 brasileiros. Dados do IBGE apontam que em 2017 foram realizadas 135.995 matrículas no Ensino
371 Fundamental para 705 escolas desse segmento e 37.428 matrículas em 140 escolas de Ensino Médio.

372 A capital Macapá e o município de Laranjal do Jari, os primeiros municípios do estado a
373 receberem unidade do IFAP, apresentam os seguintes resultados, de acordo com dados do IBGE:

374 375 376 **Macapá:**

377 Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 4.4 no
378 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Para os alunos dos anos finais, essa nota
379 foi de 3.5. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava
380 Macapá na posição 2 de 16.

381 382 **Laranjal do Jari:**

383 Segundo dados do IBGE, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade, em 2015,
384 tiveram nota média de 4.1 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 3.5. Na
385 comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade
386 na posição 5 de 16.

387 **Quadro 2.** Matrículas em Macapá e Laranjal do Jari em 2017.

388

Matrículas em 2017		
Município	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Macapá	75.220	21.837
Laranjal do Jari	8.083	2.419

389 **Fonte:** IBGE 2018

390 O Sistema Firjan, através do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), apresenta
391 o IFDM dos municípios do Amapá. O índice foi verificado entre os anos de 2009 e 2016. O quadro
392 abaixo apresenta o resultado dos últimos 5 anos desse índice.

393

394 **Quadro 3.** IFMD dos Municípios do Amapá

395

Informações do Município		Evolução do IFDM EDUCAÇÃO									
		2012		2013		2014		2015		2016	
UF	Município	Nota	Ranking	Nota	Ranking	Nota	Ranking	Nota	Ranking	Nota	Ranking
AP	Serra do Navio	0,6734	3.542°	0,6670	4.033°	0,6603	4.196°	0,6447	4.628°	0,6303	4.810°
AP	Amapá	0,5534	4.928°	0,5679	5.093°	0,5619	5.181°	0,6002	5.074°	0,5967	5.120°
AP	Pedra Branca do Amapari	0,5272	5.151°	0,5434	5.251°	0,5242	5.374°	0,5347	5.425°	0,5339	5.435°
AP	Calçoene	0,5488	4.956°	0,6109	4.710°	0,5949	4.927°	0,6096	4.999°	0,6299	4.813°
AP	Cutias	0,6148	4.323°	0,6138	4.679°	0,6044	4.842°	0,6052	5.042°	0,6201	4.904°
AP	Ferreira Gomes	0,6111	4.370°	0,5996	4.834°	0,6349	4.508°	0,6360	4.715°	0,6374	4.742°
AP	Itaubal	0,6308	4.134°	0,6192	4.607°	0,6079	4.807°	0,6032	5.054°	0,6321	4.800°
AP	Laranjal do Jari	0,5785	4.706°	0,5816	4.985°	0,5756	5.081°	0,5916	5.143°	0,5921	5.157°
AP	Macapá	0,6212	4.246°	0,6173	4.627°	0,6354	4.504°	0,6450	4.627°	0,6465	4.631°
AP	Mazagão	0,6200	4.264°	0,6025	4.796°	0,6063	4.823°	0,5901	5.150°	0,6100	5.013°
AP	Oiapoque	0,5374	5.066°	0,5426	5.259°	0,5456	5.281°	0,5595	5.336°	0,5789	5.252°
AP	Porto Grande	0,5747	4.742°	0,6204	4.598°	0,6205	4.666°	0,6352	4.725°	0,6374	4.743°
AP	Pracuúba	0,5756	4.738°	0,5750	5.032°	0,5888	4.985°	0,6147	4.945°	0,5882	5.192°
AP	Santana	0,6664	3.635°	0,6723	3.966°	0,6699	4.082°	0,6746	4.295°	0,6737	4.333°
AP	Tartarugalzinho	0,5074	5.256°	0,5531	5.192°	0,5472	5.275°	0,6162	4.926°	0,5814	5.233°
AP	Vitória do Jari	0,5452	4.991°	0,5697	5.074°	0,5752	5.084°	0,5716	5.273°	0,5682	5.308°
BR	BRASIL	0,7170	*	0,7435	*	0,7477	*	0,7644	*	0,7689	*

396 **Fonte:** Firjan 2018

397

398 1.3 ÁREAS DE ATUAÇÃO DO IFAP

399

400 O Ifap, atendendo ao que está disposto no art. 39 da Lei nº 9394/96, incluído pela Lei nº
401 11.741/2008, no que se refere à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, bem como ao que
402 determina sua Lei de Criação – Lei nº 11.892/2008, busca garantir a relação das dimensões trabalho,
403 ciência e tecnologia com a oferta de educação profissional técnica de nível médio, em todos os seus
404 níveis, formas e modalidades, cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores e educação
405 de nível superior com cursos de tecnologia, bacharelado e licenciatura, além de programas especiais
406 de formação pedagógica, conforme características especificadas a seguir:

407

408 **I. Formação Inicial e Continuada (FIC) ou Qualificação Profissional.**

409 Para efeito de sua execução, os cursos FIC serão oferecidos à comunidade ficando condicionada a
410 matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

411
412
413
414
415
416
417
418
419
420
421
422
423
424
425
426
427
428
429
430
431
432
433
434
435
436
437
438
439
440
441
442
443
444
445
446
447
448
449
450
451
452
453
454
455
456
457
458
459
460
461
462

II. Educação Profissional Técnica de nível médio.

A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas de ensino:

- Articulada com o ensino médio, na forma integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental na idade regular, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno.
- Subsequente, oferecido para quem já tenha concluído o ensino médio.
- Proeja (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos). Configura-se em uma modalidade ofertada pelo IFAP para Jovens e Adultos, maiores de 18 anos, que não tiveram acesso ou continuidade ao ensino médio na idade própria e poderão cursá-lo integrado à parte profissionalizante.

III. A Educação Profissional Tecnológica de Graduação e Pós-graduação será desenvolvida nas seguintes formas:

- Cursos Superiores de Tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia.
- Cursos Superiores de Licenciatura com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática.
- Cursos Superiores de bacharelados visando a formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- Cursos de Pós-graduação:
 - i. *Lato Sensu* (Aperfeiçoamento e Especialização) visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento.
 - ii. *Stricto Sensu* (Mestrado) que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas à geração e inovação tecnológica.

Uma das principais finalidades do IFAP é estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à formação e qualificação de cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, na perspectiva, sobretudo, do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Para o atendimento das finalidades acima mencionadas, o IFAP trabalha com cursos de educação profissional técnica e superior pertencentes aos Eixos Tecnológicos que são determinados pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Já no que se refere às Licenciaturas, a oferta de cursos é especialmente nas áreas de Letras, Ciências e Matemática, que representam um enorme déficit entre a demanda e a oferta em nosso país, seguindo os Referenciais Curriculares Nacionais para as Licenciaturas.

Cabe ressaltar que um mesmo curso é ofertado em níveis e formas diferentes, visto que há também uma preocupação em promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão.

1.4. FINALIDADES E COMPETÊNCIAS

A Lei nº 11.892/2008 define as finalidades, características e objetivos de todos os Institutos Federais e são apresentados neste documento como norteadores de todos os planos e ações promovidos pelo Instituto Federal do Amapá – IFAP. Com base neles, foram delineados alguns Princípios.

1.4.1. Princípios

463 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, em sua atuação, observa
464 os seguintes princípios norteadores:

- 465 I. Inclusão e justiça social, com equidade, cidadania, sustentabilidade, ética e respeito à
466 diversidade.
- 467 II. Verticalização do ensino e indissociabilidade da pesquisa e da extensão nos diversos níveis e
468 modalidades.
- 469 III. Gestão Democrática, com transparência, obedecendo aos princípios de autonomia, da
470 descentralização e da participação coletiva nas instâncias deliberativas.
- 471 IV. Eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e
472 tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais.
- 473 V. Educação como direito social, pautada na formação humana integral, com foco na produção e
474 socialização do conhecimento científico, técnico-tecnológico, artístico-cultural e desportivo.
- 475 VI. Democratização do acesso e garantia de permanência e conclusão com êxito.
- 476 VII. Natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.
- 477 VIII. Respeito ao pluralismo de ideias e liberdade de expressão.
- 478 IX. Excelência acadêmica.
- 479 X. Adequação e flexibilização de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos às necessidades e
480 especificidades regionais.

481

482 **1.4.2. Características e Finalidades**

483

484 As ações de ensino, pesquisa e extensão do IFAP precisam estar dimensionadas e articuladas
485 com os recursos necessários para seu funcionamento, de forma que a Instituição possa ajustar-se às
486 demandas sociais que subjazem sua existência. Assim, sob orientação do art. 6º. da Lei 11.892/2008,
487 o IFAP define assim suas características e finalidades:

488 a) ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os níveis e em todas as modalidades,
489 formando e qualificando cidadãos para atuação profissional nos diversos setores da economia, com
490 ênfase no desenvolvimento humano e socioeconômico;

491 b) desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo
492 de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas que atendam às demandas sociais e às
493 peculiaridades regionais;

494 c) promover a integração e a verticalização em todos os níveis de ensino (da educação básica
495 à educação profissional e à educação superior), otimizando a infraestrutura física e valorizando os
496 recursos humanos;

497 d) orientar a oferta formativa em benefício da consolidação, do desenvolvimento e do
498 fortalecimento dos arranjos produtivos sociais e culturais, identificados com base no mapeamento das
499 potencialidades locais e regionais;

500 e) constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências
501 aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, reflexivo e voltado à
502 pesquisa;

503 f) qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas
504 instituições públicas de ensino, oferecendo formação inicial e continuada aos docentes das redes
505 públicas de ensino;

506 g) desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

507 h) realizar e estimular a pesquisa científica e tecnológica, a produção cultural e a inovação
508 tecnológica;

509 i) estimular o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; e

510 j) promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias, notadamente as
511 voltadas à sustentabilidade ambiental e às demandas da sociedade.

512

513 **1.4.3. Objetivos**

514

515 Como decorrência das características e das finalidades, o IFAP apresenta os seguintes
516 objetivos:

517

518 a) Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente, na forma integrada, para
519 os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

520 b) Ministrando cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, objetivando a
521 formação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de
522 escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

523 c) Fomentar a pesquisa como princípio educativo;

524 d) Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções tanto técnicas quanto
525 tecnológicas e estendendo os benefícios à comunidade;

526 e) Desenvolver atividades de extensão articuladas com o mundo do trabalho e com os segmentos
527 sociais, enfatizando o desenvolvimento, a produção, a difusão e a socialização de conhecimentos
528 culturais, científicos e tecnológicos;

529 f) Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e de renda e à
530 emancipação do cidadão, na perspectiva do desenvolvimento humano, cultural, científico,
531 tecnológico e socioeconômico local e regional; e

532 g) Ministrando, em nível de educação superior:

533 • Cursos superiores de tecnologia, bacharelado e engenharia, visando a formação de
534 profissionais para as diferentes áreas do conhecimento e para as demandas da
535 sociedade;

536 • Cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica, com vistas à
537 formação de professores para a atuação na educação profissional e na educação básica,
538 sobretudo nas áreas de ciências da natureza e de matemática;

539 • Cursos de pós-graduação *lato sensu* (tanto de aperfeiçoamento quanto de
540 especialização), visando a formação de especialistas nas diferentes áreas do
541 conhecimento; e

542 • Cursos de pós-graduação *stricto sensu* (tanto de mestrado quanto de doutorado),
543 visando o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia.